

SOBRE A POBREZA E A RIQUEZA: ESTUDO DAS REFLEXÕES SOBRE A POBREZA E A RIQUEZA NOS SERMÕES DE SANTO AGOSTINHO

Ricardo Evangelista Brandão¹

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

 <https://orcid.org/0000-0003-2217-4661>

E-mail: ricardobrand75@gmail.com

RESUMO:

O Aurélio Agostinho quando foi sagrado bispo em Hipona teve contato com uma comunidade em situação de extrema desigualdade social, e somando-se à sua compreensão do amor bidirecional (a Deus e ao próximo), traduzida em uma inconformação com o sofrimento alheio, na função de bispo teve a oportunidade de lutar com as armas à sua disposição por uma vida menos indigna para os mais pobres. Logo, o conceito de pobreza que aparece nas entrelinhas de seus textos e sermões é traduzida como escassez de recursos materiais que impossibilita as pessoas de conseguir o básico para a sobrevivência. Entre as armas usadas pelo bispo filósofo está a exortação em seus sermões, que além de denunciarem a intensa desigualdade da sociedade, ponderavam sobre formas de dirimir esse imenso abismo entre ricos e pobres. Assim, nesse artigo analisaremos as elucubrações de Agostinho nos sermões: 345, 355, 60, 61, 161, 14, que refletem de forma crítica a pobreza e a riqueza. Os mencionados sermões se destacam no assunto por suas reflexões críticas, porquanto, embora tratem com bastante dureza o rico e sua acumulação de riqueza se solidarizando com os menos favorecidos, e em momentos diversos igualmente têm um olhar crítico para com os pobres que idealizavam por sonho, desejo ou meta de vida possuir riquezas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Socioeconômica; Pobreza; Riqueza.

ON POVERTY AND WEALTH: STUDY OF REFLECTIONS ON POVERTY AND WEALTH IN THE SERMONS OF SAINT AUGUSTINE

ABSTRACT:

Aurélio Agostinho, when he was consecrated bishop in Hippo, had contact with a community in a situation of extreme social inequality, and adding to his understanding of bidirectional love (to God and neighbor), translated into nonconformity with the suffering of others, in the function as a bishop he had the opportunity to fight with the weapons at his disposal for a less undignified life for the poorest. Therefore, the concept of poverty that appears between the lines of his texts and sermons is translated as a lack of material resources that makes it impossible for people to get the basics for survival. Among the weapons used by the philosopher bishop is the exhortation in his sermons, which in addition to denouncing the intense inequality of society, pondered on ways to resolve this huge gap between rich and poor. Thus, in this article we will analyze Augustine's lucubrations in sermons: 345, 355, 60, 61, 161, 14, which critically reflect poverty and wealth. The aforementioned sermons stand out on the subject for their critical reflections, because, although they treat the rich and their accumulation of wealth very harshly, showing solidarity with the less favored, and at different times they also have a critical look at the poor they idealized as a dream, desire or life goal to possess riches.

KEYWORDS: Socioeconomic Inequality; Poverty; Wealth.

¹ Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE, Brasil. Professor(a) efetivo(a) de filosofia do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Caruaru - PE, Brasil.

Introdução

A todo momento jornais, redes sociais, novelas e séries, filmes e documentários, e até mesmo um breve passeio em nosso bairro, testemunham que as relações socioeconômicas são deveras desiguais. Esse fenômeno ou mazela decorrente do viver em sociedade evidentemente não é algo novo, pois desde as primeiras informações de sociedades hierarquicamente organizadas, temos conhecimento de pessoas com muitas propriedades e de outras com apenas migalhas para sobreviver. A pobreza – para dar o nome correto à coisa – na atualidade tem estado com grande evidência nos noticiários, nos programas políticos e nas investigações científicas de diversas áreas do saber humano, provavelmente devido à massificação de informações possibilitada pela internet, redes sociais e de mensageria, ou pelo crescente empobrecimento das pessoas tanto em nações ricas, como nas subdesenvolvidas e emergentes, ou, o que é mais acertado, pela junção desses dois fatores. O fato é que nunca estivemos tão expostos às informações sobre a pobreza, e sobre sua consequência mais notória: a fome.

Depois de tantos estudos e reflexões sabemos que a fome está longe de ser a única consequência da pobreza, pois advém dela a falta de uma moradia apropriada, ou dependendo do grau de empobrecimento até mesmo a falta absoluta de moradia, falta de saneamento básico que afetam as comunidades mais carentes, problemas de saúde gerados e ou agravados por essa falta de saneamento, o não acesso a um sistema de saúde que trate o pobre com o mínimo de dignidade humana, e a impossibilidade de ser o que deseja ser, ou até mesmo em pensar em ser algo diferente do que uma pessoa que exclusivamente luta literalmente, pelo pão de cada dia, a cada dia, pode ser².

Depois que os olhares dos pesquisadores e do Estado na modernidade se voltaram para a pobreza como problema a ser resolvido, ela foi percebida primeiramente como uma questão social e não apenas relacionada à nossa caridade pessoal, e em seguida a partir do século XX como algo evitável e inaceitável à dignidade humana, e que, portanto deve ser erradicado (CORTINA, 2020, p. 156-157). Com esse novo olhar surge a preocupação de encontrar uma métrica confiável para caracterizar a pobreza, surgindo assim diversos índices que em síntese estabelecem uma linha de renda mínima, segundo a qual quem estiver abaixo dessa linha seria considerado pobre, contudo, a despeito do avanço dessas discussões que têm como meta identificar a pobreza para encontrar soluções a fim de combatê-la, na medida em que as condições de vida são diversas, os pobres são igualmente diversos, sendo insuficiente estabelecer um padrão observando exclusivamente a renda e a possibilidade que essa renda em específico contexto pode ser revertida em aquisição de itens básicos para a sobrevivência (SEN, 2001, p. 165-172). De forma que hodiernamente somos cômicos de que sendo a pobreza um problema complexo, se exige uma solução igualmente complexa para combatê-la e quem sabe erradicá-la.

Agostinho de Hipona, filósofo cristão do século V, não teve acesso a essas rebuscadas discussões, não obstante teve uma vida diligente no combate à pobreza. Logo, o conceito de pobreza que aparece nas entrelinhas de seus textos e sermões é que ela é traduzida como escassez de recursos materiais que impossibilita as pessoas de conseguir o básico para a sobrevivência. O filósofo cristão quando foi sagrado bispo em Hipona teve contato com uma comunidade em

² O filósofo e economista Amartya Sen, trabalha em sua vasta obra o conceito de Liberdade Substantiva, que diferentemente da liberdade metafísica ou formal que é muito mais um princípio teórico, é a possibilidade para escolher o rumo em que se queira dar às suas vidas, fazendo escolhas autônomas reais, não apenas escolhas entre um leque preestabelecido de opções determinadas pela sociedade segundo seu status social, mas ter reais condições de escolher seu projeto de vida sem as sanções sociais e econômicas decursivas dessa escolha (SEN, 2001, p. 89; SEN, 2010, p. 17, 32 – 35; 78 - 83). Infelizmente pessoas nas condições de vida mencionadas no corpo dessa introdução, se limitam a focar em necessidades imediatas o tempo todo, não cabendo sequer sonhar com uma escolha real (substantiva) para além das necessidades básicas.

extrema desigualdade social, e na função de bispo teve a oportunidade de lutar com as armas a sua disposição por uma vida menos indigna para os mais pobres (HAMMAN, 1989, p. 229; POSSÍDIO, 23, 1). Entre essas armas usadas pelo bispo filósofo está à exortação em seus sermões, que além de denunciar a intensa desigualdade da sociedade, ponderavam sobre formas de dirimir esse imenso abismo entre os muito ricos e os muito pobres (AGOSTINHO, *Sermo* 177, 2; BOFF, *In*. AGOSTINHO, 2009, p. 79-80; HAMMAN, 1989, p. 229; 105-110; MORÁN, *In*. AGOSTINHO, 1981, p. 3-5; POSSÍDIO, 24, 1-3; 25, 1-2).

Assim, é pretensão desse artigo oferecer uma singela contribuição nesse importante assunto por meio da análise das elucubrações de Agostinho sobre a riqueza e a pobreza a partir dos sermões: 345, 355, 60, 61, 161, 14, que refletem de forma crítica a pobreza e a riqueza. Ante os numerosos sermões de Agostinho, esses foram escolhidos por seu olhar crítico, que embora tratem com bastante dureza o rico e sua acumulação de riqueza se solidarizando com os menos favorecidos, em momentos diversos igualmente têm um olhar crítico para com os pobres. Esse critério de delimitação foi necessário para que esse trabalho não ficasse demasiado longo, ou para evitar que - ao analisar um grande volume de sermões - as análises ficassem superficiais em demasia.

Nossa discussão se limitará a uma exegese crítica do conteúdo dos sermões, de forma que não será objeto desse artigo o estudo da retórica de Agostinho como estilo literário, ou seja, nosso foco será o conteúdo dos sermões e não a sua forma. Para um estudo aprofundado sobre a retórica de Agostinho, recomendamos a interessante *Introducción General* aos sermões de Agostinho do estudioso Carlos Morán, presente no volume 1º dos *Sermones de San Agustín* publicado pela *Biblioteca de Autores Cristianos*.

As dores existenciais inerentes à pobreza: breve análise dos sermões 345, 161 e 14

No Sermão 345³ Agostinho expõe o quase absoluto desprezo dos mártires por bens materiais, pois, segundo eles a vida verdadeira é outra e não essa que é apenas um simulacro diminuto da vida porvir. Assim, disserta que os pobres em sua miséria, carentes de quase tudo, são forçados pela existência a sentir e pensar o contrário do que deveriam, na medida em que invejam os ricos, desejando ser iguais a eles, esquecendo em seu desejar que a verdadeira riqueza não é a material (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 1). Que constatação dolorosa o filósofo nos apresenta, visto que os miseráveis desejam algo que eles sabem ser inalcançável, porquanto, todos os que eles conhecem nasceram e morreram na pobreza, seus avôs, pais, tios amigos, etc., de forma que eles têm a plena consciência de que naquele contexto de existência seu estado econômico é estável e inalterável. Eles vivem o que Adela Cortina denomina de cronificação da pobreza, caracterizada pelo fato de que muitos conseguem o suficiente - mesmo contando com auxílios diversos - apenas para sobreviver, mas nunca o suficiente para saírem da miséria (CORTINA, 2020, p. 158)⁴. Mas mesmo contra a razão, desejam e sonham. Talvez fosse mais fácil simplesmente

³ O Sermão 345, foi escrito em Cartago sobre as riquezas desse mundo e as verdadeiras riquezas do porvir, inspirado nos exemplos de desapego dos mártires. Quanto à sua datação não existe acordo entre os estudiosos, podendo ter sido composto entre 411 a 428 (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 1, 2). Nesse e nos outros sermões estudados, adotaremos a datação presente na coleção dos Sermões de Santo Agostinho bilíngue (espanhol - latim), publicado pela *Biblioteca de Autores Cristianos*. Como não é possível estabelecer com exatidão quais sermões foram escritos para serem lidos, ou ditados para os estenógrafos, ou proferidos na igreja e estenografados (MORÁN, *In* AGOSTINHO, 1981 p. 14, 15), na datação utilizaremos o termo "escrito", pois afinal de contas todos foram escritos em algum momento.

⁴ Essa cronificação se torna uma espécie de armadilha da miséria, pois, os mais vulneráveis conseguem à duras custas o suficiente para não morrerem de inanição, de forma que nesse estado de pobreza, os mais necessitados acabam se tornando vítimas de políticos populistas mal intencionados, nutrindo assim certa gratidão que na maioria das vezes é revertida em votos, de forma que é confortável para esses políticos a manutenção dessa situação de horror, e por outro lado os pobres - os grandes prejudicados nesse círculo de horrores - nessa condição de miséria encontram-se incapazes de perceberem a situação de forma crítica.

se conformar e se resignar, mas sonham, invejam, desejam, e o preço desse sonhar é esbarrar na dura e fria realidade.

Sobre o sofrimento inerente ao desejar o que se pensa inalcançável por estar em penúria, comenta esse belo e doloroso trecho do Sermão:

Às vezes um mendigo está deitado no chão, tremendo de frio, é dominado pelo sono. Sonha com tesouros, e se alegra e se orgulha em seus sonhos, não se digna a reconhecer seu pai vestido em trapos. Percebeu que enquanto dormia se regozijava falsamente; quando acordou descobriu a dolorosa realidade (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 1)⁵.

Existe muita miséria no mundo, sempre existiu, e embora seja algo constante no mundo, hoje ela adquire superlativa dimensão, pois atualmente ela é divulgada em todas as partes do mundo por meio das formas de comunicação global. Além disso, igualmente é sabido que possivelmente a humanidade tem os meios para dirimi-la se de fato assim o quiser (CORTINA, 2020, p. 49), visto que o problema nunca foi de fato a escassez, mas a distribuição extremamente desigual de recursos e riqueza. Contudo, a despeito de quão grande e prolongado seja o sofrimento gerado pela pobreza, o miserável mesmo se conformando com seu estado, possui uma secreta esperança de dias melhores. Em semelhante situação a esperança pode ser a salvação ou o mais terrível algoz.

Que imagem de agonia existencial nos propõe Agostinho, não existindo espaço que não seja sofrimento e luta pela sobrevivência, pois além dos mais necessitados lutarem literalmente todos os dias pela subsistência para não morrerem de fome, estão proibidos de desejarem dias melhores, sob a duríssima pena de se assim o fizerem serem açoitados pela fria realidade – são pobres e morrerão sendo pobres⁶. No fragmento citado, o pobre realiza em sonho o desejo que seria inconfessável em vigília, ser rico (*thesauros somniat, et gaudet et superbit in somnis* - sonha com tesouros, e se alegra e se orgulha em seus sonhos). E no sonho é lembrado que existem condições de vida mais dignas de serem vividas, de forma que até se torna feliz nos sonhos, mas a vigília o faz se deparar com a calculista realidade (*invenit quod verum doleat* - descobriu a dolorosa realidade), tudo era apenas um sonho, e embora existam condições melhores de vida para se viver, essa não é e nunca será a sua realidade. Os pobres costumam ser realistas ao extremo com relação à sua situação, de forma que percebem a sua condição, que a muito se prolonga, como imutável, os levando a uma espécie de resignação forçada pela miséria, resignação essa que lhes possibilita alguma paz interna na penúria⁷. Mas mesmo esses resignados pela necessidade, vez por outra se permitem sonhar, e esse sonhar seja em vigília ou no sonho, como no fragmento, lembra ao pobre que outros têm vidas melhores, mas é essa deplorável que lhe cabe. Que sonhar angustiante.

O sermão em vários momentos nos faz entender existir certa admiração dos pobres para com os ricos, compreendida pelo filósofo cristão como negativa na medida em que em sua inópia,

Parafrazeando Rousseau, a diferença de riqueza entre ricos e pobres não deveria ser a tal ponto do primeiro ter condições de comprar a liberdade de outro, e o pobre não deveria possuir tão pouco a ponto de chegar a ter necessidade de vender a sua liberdade para sobreviver (ROUSSEAU, *O contrato Social*, II, 11).

⁵ “*Aliquando et mendicus in terra iacens, frigore tremens, occupatus tamen somno, thesauros somniat, et gaudet et superbit in somnis, et patrem suum pannosum non dignatur agnoscere, et donec evigilet dives est. Cum ergo dormierit, invenit quod falsum gaudeat; cum evigilaverit, invenit quod verum doleat*” (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 1 – PL 38).

⁶ No sermão 61. 2, que em breve analisaremos, a pobreza é tratada como inalterável, demonstrando a imobilidade social em regiões que há grande desigualdade social como Hipona.

⁷ Amartya Sen, que é um dos mais proeminentes pensadores contemporâneos dedicado ao estudo da pobreza, ao criticar o prazer e felicidade do utilitarismo como métrica para se pensar a pobreza, afirma que jamais a felicidade pode servir de métrica para o enfrentamento da pobreza, ou como parâmetro para se caracterizar o bem-estar, pois, as pessoas expostas a um estado de pobreza por muito tempo, ante a aparente irreversibilidade da penúria, para se proteger tende a se resignar e até mesmo ter alguma paz e felicidade mesmo na absoluta miséria (SEN, 2001, p. 95, 96). Adela Cortina em seu excelente texto “Aporofobia” alerta que essa capacidade adaptativa à pobreza pode conduzir os muito pobres a uma resignação tão profunda, que pode ter como consequência a extinção da consciência de seu estado de inópia (CORTINA, 2020, p. 49).

em uma época em que não se falava em políticas públicas mais complexas⁸, os ricos, ou melhor, as migalhas que eles jogavam aos pobres eram fundamentais para arrefecer a desafortunada condição dos muitos empobrecidos. Assim, nos questionamos: se de fato esse olhar do pobre era de fato admiração ou simplesmente uma dependência grata forjada pela miséria. Logo, é percebida na pobreza uma série de dores existenciais: o óbvio sofrimento gerado pela escassez de quase tudo; a excruciante dor de saber que em sua condição inalterável de miséria, até mesmo o desejar uma vida melhor o pune com a impossibilidade de alcançar o objeto de seu anseio; e o desejo inconfessável de ser rico exteriorizado muitas vezes como admiração ao rico constituída por gratidão aos auxílios materiais dados pelos abastados, que embora se tenha consciência de que pela assimetria de recursos financeiros não passam de migalhas, igualmente é cômico de que sem essas humilhantes migalhas eles não conseguiriam sequer sobreviver.

Além dessas admoestações aos pobres, encontramos no sermão exortações rigorosas aos ricos. Fazendo interessante paralelo da relação dos ricos e pobres com textos bíblicos, Agostinho afirma que assim como nos *Atos dos Apóstolos* Lucas menciona que Jesus acusou Paulo de persegui-lo na ocasião em que o ainda Saulo perseguia os cristãos, da mesma forma os ricos ao se preocuparem exclusivamente em acumular riqueza em detrimento do auxílio aos pobres, estão indiretamente negando alimentos ao próprio Cristo (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 4). O Hiponense de forma muito clara entende haver uma identificação de Deus com os pobres, pois são esses que necessitam de ajuda para sobreviver. É como se Agostinho pensasse não ser possível conciliar a riqueza do cristão com a falta de ajuda ao próximo.

Esse é um dos motivos pelo qual o filósofo cristão faz questão de refletir sobre a não intercambialidade entre riqueza e felicidade, afirmando que a verdadeira riqueza está na vida eterna, utilizando como argumento a famosa parábola do rico e Lázaro⁹. Destarte, embora naturalmente os ricos se pensem felizes devido à sua abundância, na verdade vivem em um inferno gerado por suas riquezas, pois, durante o dia vivem preocupados em multiplicar sua fortuna, e durante a noite, mal dormem se atormentando com a possibilidade de tudo perder pela ação dos ladrões (AGOSTINHO, *Sermão* 345, 5). Até que ponto isso pode ser sinônimo de felicidade? A despeito disso, ele não era ingênuo, pois, não desprezava os recursos materiais, recursos esses que faltavam aos mais pobres.

A tentativa de convencer os mais abastados a dividirem um pouco com os que nada tem é uma constante nos sermões que versam sobre a pobreza, com os argumentos mais diversos. No Sermão 161, 9¹⁰ temos um bom exemplo de um interessante argumento baseado no contentamento interior decorrente do ato de ajudar.

Nós temos muitos temores: o futuro, as doenças, os amores, as relações interpessoais, a violência, e até mesmo o temor a Deus. Agostinho afirma que o temor é proporcional à ausência do amor, logo, quanto mais o amor (*caritas*) for injetado em nossas vidas, menores serão nossos temores: “Como comecei a dizer, quando a caridade entra, o temor começa a sair. Quanto mais

⁸ Não é correto se falar da inexistência de políticas públicas, mas no contexto, pela forma como se entendia a pobreza, elas se limitavam à doação de alimentos, e financiamento de abrigos e asilos por parte do Estado. É claro que *lato sensu* até a abertura de uma rua poderia ser considerada uma política pública, mas estamos nos referindo às políticas públicas voltadas ao combate da pobreza. A estudiosa em Serviço Social Maria Luiza Mestriner, no esforço de explicar a diferença entre assistência social e filantropia, argumenta que no Brasil a filantropia e a benemerência andam de mãos dadas no voluntariado, e acabam por cumprir vácuos do Estado no combate às desigualdades sociais. Logo, o que distinguiria o serviço social da filantropia é que a primeira imprime um plano racional a curto, médio e em longo prazo para resolver o problema em forma de direito (não favor) em um campo específico de vulnerabilidade social, e a segunda, por ser voluntária, se configura como um favor dos mais favorecidos, ou de pessoas de bom coração aos pobres (2011, p. 14-21). Na época em que viveu Agostinho, embora com uma compreensão menos complexa do papel do Estado no trato das desigualdades socioeconômicas, o Estado na maioria das vezes se limitava a essa distribuição de alimentos que a estudiosa atribui à filantropia, e essa atividade social do Estado ocorria concomitantemente aos esforços filantrópicos das comunidades eclesiais (HAMMAN, 1989, p. 105-111; BROWN, 2005, p. 232-241).

⁹ Essa parábola encontra-se no evangelho segundo *Lucas* 16. 19-31.

¹⁰ Desse sermão não é conhecido a data nem o local de sua confecção.

dentro ela está, tanto menor será o temor” (AGOSTINHO, *Sermão* 161, 9)¹¹. Sem dúvida ao focar no termo *caritas*¹², o filósofo mirava os atos de misericórdia para com o próximo, seja na oração como na ação de ajuda material. Embora pelo contexto do sermão o temor em foco provavelmente seja o medo de Deus, não seria absurdo se interpretarmos como temores diversos. Assim, é como se a prática da *caritas* desse ao praticante algum tipo de compensação interna, entendido como a extração gradativa do temor na interioridade. Da prática da caridade se derivam duas consequências: é muito bom para os auxiliados, pois em situações econômicas semelhantes às de Hipona, essa prática torna a miséria menos dolorosa. E é uma espécie de satisfação interna para o que é agente da caridade. Coisa que é muito difícil discordar, visto que não é incomum as pessoas comprometidas com obras de caridade relatarem a imensa sensação de felicidade que essa prática – que também para muitos é uma forma de vida – traz.

No *Sermão* 14¹³ temos uma exortação interessante sobre o cuidado com os pobres, e sobre os possíveis significados dos termos pobreza e riqueza. Agostinho inicia a homilia com uma breve análise do significado do vocábulo pobre no *Salmo* 9, 10: “Seja *Iahweh* fortaleza para o oprimido, fortaleza em tempo de angústia”. O filósofo cristão problematiza o fato de o Senhor ser o refúgio do pobre, pois, poderia existir a possibilidade de alguns interpretarem que é função exclusiva de Deus amparar os pobres e órfãos, não dos homens. Essa compreensão é deveras problemática, porque, uma vez que Deus é todo poderoso, se for estabelecido que o cuidado com os desvalidos é restrito a Deus, eles estão nas melhores mãos possíveis. De sorte que podemos cuidar apenas de nossas próprias vidas, pois não é nossa responsabilidade socorrer os pobres.

Com a intenção de resolver esse problema – que mais parece uma desculpa decorrente de uma eisegeese mal intencionada – o preletor filósofo distingue dois tipos de pobreza, a material e a de espírito. Assim, o refúgio dado por Deus, exposto no *Salmo* 9, se refere aos pobres de espírito (AGOSTINHO, *Sermão* 14, 1). Já os pobres de recursos materiais cabem aos homens prestar auxílio.

Pela forma como a expressão “pobres de espírito – *pauperes spiritu*” - que inclusive é uma referência às palavras de Jesus no sermão do monte - é trabalhada por Agostinho, significando uma forma de humildade que nos habilita a perceber que não somos melhores que os outros. Dessa forma, é perfeitamente possível ser um pobre materialmente e espiritualmente, e em teoria um pobre materialmente que se acha melhor que outrem.

Sem embargo, no §2 do *Sermão* em análise, aclara-se que embora poderíamos analisar de maneira semelhante a situação do rico, ou seja, poderia-se em tese igualmente existir um rico pobre e um rico que é rico – rico humilde e um rico orgulhoso – essa situação é deveras rara segundo o pregador filósofo. É muito difícil existir um homem que seja rico e ao mesmo tempo pobre de espírito, porque ele em toda sua vida – pelos seus gastos, roupas luxuosas, conforto, viagens, bajulações, etc. – foi educado para se pensar melhor que os outros, de maneira que um rico humilde, pela sua raridade é digno de elogios. Como nos mostra essa reveladora perícopes: “Qual é então o elogio do humilde pobre que não tem orgulho? Mas, quem pode suportar um pobre orgulhoso? Louvai o rico humilde, louvai o rico pobre” (AGOSTINHO, *Sermão* 14, 2)¹⁴.

Da mesma forma que é incomum um homem rico humilde, igualmente o é um pobre orgulhoso. Os recursos materiais, sejam em abundância ou em escassez, são a semente do orgulho

¹¹“*Illa, ut dicere coeperam, intrante, incipit timor exire. Quanto plus illa intraverit, tanto timor minor erit*” (AGOSTINHO, *Sermão* 161, 9 – PL 38).

¹²Embora o termo latino *caritas* seja intercambiavelmente usado por Agostinho com os termos *amor* e *dilectio*, frequentemente o vocábulo *caritas* é usado para expressar o amor ao próximo, o que é o caso nesse sermão evidenciado pela forma como foi usado no contexto do sermão.

¹³Escrito aproximadamente no ano 418 em Cartago.

¹⁴“*Quid ergo laudo humilem pauperem, qui unde superbiat non habet? Quis autem ferat et inopem et superbium? Lauda divitem humilem, lauda divitem pauperem*” (AGOSTINHO, *Sermão* 14, 2 – PL 38).

e da humildade respectivamente. O pobre por tudo o que a vida lhe negou e continuamente nega, tem todas as condições para ser cômico de que não é melhor que ninguém, pois suas condições vulneráveis lhe inferiorizam continuamente, não fazendo sentido algum elogiar a humildade do pobre, pois lhes deveria ser natural (*Quid ergo laudo humilem pauperem, qui unde superbiat non habet?* - Qual é então o elogio do humilde pobre que não tem orgulho?). Seria anacrônico cobrar de Agostinho que no século quinto tivesse uma clara compreensão do orgulho por ser o que se é, por ser parte de alguma minoria sociológica, isso se quer era problematizado na época, e qualquer filósofo por mais genial que seja, é um homem situado historicamente, e nesse assunto o hiponense traz claras marcas de seu tempo em seu texto. Assim, de forma que aos nossos olhos contemporâneos parece insensível, Aurélio Agostinho afirma que o rico ser orgulhoso e o pobre ser humilde é uma condição natural, é como se cada um estivesse reconhecendo seu lugar, de forma que um pobre que não é humilde é insuportável (*Quis autem ferat et inopem et superbium?* - Mas, quem pode suportar um pobre orgulhoso?), pois, é como se ele estivesse saindo de seu lugar natural, do lugar que por sua vida miserável foi talhado para ocupar.

O ambiente de riqueza, principalmente no convívio com enormes desigualdades sociais, é deveras fértil para a proliferação do orgulho, contudo, não é impossível existir um rico pobre de espírito, pois, segundo o filósofo cristão basta seguir o exemplo de Zaqueu¹⁵, que doou parte de sua riqueza aos menos favorecidos. Com efeito, como seria possível acreditar na sinceridade da humildade do rico, se ele fica incólume ante as pessoas que passam fome ao seu redor?

Riqueza um bem ou um mal?: breve análise dos sermões 355, 60 e 61

No Sermão 355 temos um emblemático exemplo da postura realista de Santo Agostinho com relação à importância dos recursos materiais. Ele foi escrito no ano 425 em Hipona, com a clara intenção de admoestar os clérigos da igreja sobre vários assuntos, mas em especial sobre o usufruto de bens materiais, e nas entrelinhas o texto desvela o grau de pobreza dos cristãos e da comunidade de Hipona¹⁶. Como nos revela esse representativo trecho: “São tantos os que diariamente pedem, gemem; são tantos os pobres que me interpelam, que muitos tenho que deixar na tristeza, porque não tenho para dar a todos [...]” (AGOSTINHO, *Sermão* 355, 5)¹⁷. No contexto dessa passagem, está o relato de irmãos que aceitavam viver na comunidade religiosa (comunidade dos clérigos) de Hipona¹⁸, abrindo mão de todos os seus bens para viver para a igreja e da igreja. Segundo o bispo filósofo, muitos escondiam que possuíam bens, e nas suas mortes surgiam os testamentos com todos os bens deixados para a igreja. Aparentemente tal prática não seria de

¹⁵Rico cobrador de impostos que tem a sua história narrada no evangelho segundo Lucas (*Lc.* 19, 1-10).

¹⁶Hamman em sua reconstrução da Hipona em que viveu Agostinho, nos revela algo muito semelhante com o fenômeno social que vemos nas grandes cidades contemporâneas, o qual costumamos denominar de favelas ou comunidades: inúmeras casas e barracos de pessoas paupérrimas construídas próximas às mansões suntuosas dos endinheirados (1989, p. 105). Os motivos para tal fenômeno no século V em Hipona, podemos intuir que essa aglomeração dos pobres próximos aos ricos, se dá devido ao óbvio fato de que é natural que, por questão de sobrevivência, as pessoas queiram habitar onde há circulação de dinheiro. Nesse contexto, as obras de misericórdia, ou boas obras, têm um papel fundamental, pois além de cumprir as ordenações bíblicas que tratam do amor bidirecional (sobre o amor bidirecional ver a nota 22), igualmente se fazia fundamental para orientar os cristãos mais abastados em sua ajuda aos pobres, que naquela situação se traduzia em uma ação importante para o enfrentamento da pobreza (FITZGERALD, 2018, p. 668).

¹⁷“*Quotidie tam multi petunt, tam multi gemunt, tam multi inopes interpellant, ut plures tristes relinquamus, quia quod dare omnibus non habemus [...]*” (AGOSTINHO, *Sermão* 355, 5 – PL 38).

¹⁸Segundo o estudioso e religioso Clodovis Boff, existia certa atração de Agostinho pelo ideal monástico, de forma que após a sua conversão à fé Cristã empreendeu cinco iniciativas que visavam realizar esse ideal: Comunidade de Milão (AGOSTINHO, *Conf.* VI, 14, 24), Retiro de Cassicácio; Eremitério de Tagaste; Comunidade de homens, essa quando era padre em Hipona localizada no jardim próximo à igreja de Hipona, se destinando a leigos; Comunidade dos clérigos (BOFF, *In.* AGOSTINHO, 2009, p. 18-20). Essa última é a que fizemos menção no corpo do texto, foi estabelecida quando Agostinho era bispo de Hipona na residência episcopal de Hipona, era baseada no ideal da comunidade de Jerusalém relatado no livro bíblico dos *Atos dos Apóstolos*, em que todos os bens eram da comunidade, distribuídos segundo a necessidade de cada um (BOFF, *In.* AGOSTINHO, 2009, p. 19).

todo ruim¹⁹, pois não obstante as mentiras desses religiosos, os bens deixados poderiam ser utilizados para aplacar a fome dos mais pobres.

O fragmento citado não deixa dúvida com relação à miséria dos hiponenses, e de como eles recorriam à igreja na tentativa de escapar da inanição. Além disso, ante ao grande número de necessitados, a sede do episcopado de Hipona não conseguia atender a todos por limitação de recursos, deixando muitos entregues à própria sorte. Nesse caso, os bens deixados como herança por clérigos ou leigos para a igreja talvez pudessem servir de aporte material para começar a resolver o problema. A contextura aponta que Agostinho não era tão pragmático assim, pois, em muitos casos os mortos mesmo deixando seus bens de herança em nome da igreja, deixavam desassistidos seus herdeiros naturais – filhos, netos, etc. – por desavenças familiares. Poder-se-ia argumentar que mesmo não sendo justo com os herdeiros naturais, esses bens seriam revertidos para o bem de uma maioria de pessoas que necessitam de tudo. Argumentos como esses não convenceram Santo Agostinho, pois ele defendia que esses bens fossem devolvidos para os herdeiros naturais, pois em sua compreensão seria o justo a se fazer (AGOSTINHO, *Sermão* 355, 4, 5). De forma que o bem de uma maioria de pobres não justificaria uma flagrante injustiça, mesmo sendo ela para poucos indivíduos.

Diferentemente do *Sermão* 345, que embora mencionasse ricos e pobres focava mais nos pobres, no *Sermão* 60²⁰ o foco são eminentemente nos ricos. Agostinho nos dá a entender que a consequência da acumulação de riqueza de uns poucos endinheirados é a miséria de uma maioria de pobres, pois destaca o fato de que enquanto a miséria, como fogo que tudo consome, destrói a vida de muitos, esses poucos ricos prosperam. “[...] eis os tesouros, eis que os lucros fluem de todos os lados e correm como fonte de dinheiro, a escassez queima em todos os lugares, a abundância flui em todos os lugares” (AGOSTINHO, *Sermão* 60, 3)²¹. Mesmo com todas as limitações de informações econômicas da época, é quase certo que o hiponense entendia existir uma relação causal entre o acúmulo de riqueza e os pobres. No contexto do fragmento, o qual restringimos para não ficar uma citação grande em demasia, Agostinho está discutindo sobre a acumulação de riqueza, de sorte que ele em sua argumentação faz um interessante paralelo entre o acúmulo de riqueza e a escassez extrema (*ubique ardet inopia, undique fluit copia* - a escassez queima em todos os lugares, a abundância flui em todos os lugares). Ambas as imagens são interessantes: a pobreza extrema é personificada com o fogo que tudo consome, e em sua devastação só se extingue quando todo o combustível for consumido; enquanto o acúmulo de riqueza é representado por uma fonte perene que a cada momento flui água com mais intensidade. Assim, com as imagens do fogo e da fonte, coloca-se em paralelo a dificuldade dos miseráveis em sair do ciclo da pobreza, enquanto

¹⁹Com essa prática os clérigos demonstram ainda um forte apego aos bens materiais, pois apesar de serem alimentados pela igreja (POSSÍDIO, *Vida de Agostinho*, 25, 1), não entregavam ou revelavam ter bens, como uma espécie de garantia caso eles desistissem da vida religiosa. Dessa forma o mais correto seria os clérigos entregarem seus bens para a igreja administrar em favor dos pobres assim que fossem ordenados para a vida pastoral em Hipona, como disserta Hamman: “Ao ingressar na vida religiosa, cada qual entregava seus bens pessoais à comunidade” (1989, p. 209). O próprio Agostinho em suas Regras, deixa claro essa comunhão de bens: “E não chameis nada de próprio, mas entre vós tudo seja comum. Vosso prior distribua a cada um alimento e roupa, não de maneira igual para todos [...] mas antes a cada um conforme a sua necessidade” (AGOSTINHO, *Regras*, I, 4) “*Et non dicatis aliquid proprium, sed sint vobis omnia communia, et distribuatur unicuique vestrum a praeposito vestro victus et tegumentum [...] sed potius unicuique sicut cuique opus fuerit*” (AGOSTINHO, *Regras*, I, 4 – PL 23). É claro que a comunhão de bens não era entendida como um fim em si mesmo, mas como consequência do amor a Deus e ao próximo. Essa orientação para os clérigos de Hipona igualmente está presente no sexto § do sermão em análise, e a prática deletéria de esconder bens para não se desfazer deles e mesmo assim participar da comunidade dos clérigos, era qualificada pelo bispo como hipocrisia (AGOSTINHO, *Sermão* 355, 6). Ver também o *Sermão* 356, 2, em que Agostinho narra um caso – em tom de grave reprimenda - de um clérigo que mesmo participando da comunidade de Hipona, e por consequência se alimentando e se vestindo dos bens em comum da igreja, depois de sua morte, na leitura de seu testamento, foram descobertos bens que foram ocultados da igreja.

²⁰O *Sermão* 60 foi escrito em Cartago no ano de 397, tematizando a necessidade de se desapegar de valores materiais e valorizar a dimensão espiritual.

²¹“[...] *ecce thesaurizas, ecce undique lucra confluunt, et more fontium nummi currunt; ubique ardet inopia, undique fluit copia*” (AGOSTINHO, *Sermão* 60, 6 – PL 38).

para os endinheirados, o dinheiro produz dinheiro, tornando-os cada vez mais abastados, demonstrando assim a estabilidade de ambas às situações.

Temos uma soante crítica social no texto, todavia em sua prédica não é possível afirmar que existe uma atribuição de culpa direta aos ricos pela condição dos pobres²², mas que existe um tipo de crime de consciência cristã em ser tão rico, enquanto existe um oceano de miseráveis ao seu redor. De fato, não parece fácil conciliar - levando em consideração o amor bidirecional presente nos evangelhos²³ - um cristão com riqueza extrema, que vive em função de aumentar cada vez mais as suas posses, com a existência de cristãos mendigando pão ao redor desse afortunado.

É importante aclarar que no sermão em análise existe certa pressão para que os endinheirados entendam essa incompatibilidade, visto que não raro o filósofo cristão questiona o sentido de acumular tanta riqueza material. Qual de fato é o nexos em passar a vida acumulando riquezas, quando nossa vida é transitória como um sopro. O abastado não pode de forma lógica dizer que acumula muito dinheiro para si, pois, em breve morrerá, e tampouco para os filhos e netos, porquanto esses igualmente morrerão. Assim, qual o sentido em se ficar a vida inteira preocupado com algo que servirá para uma vida passageira? Será que o objetivo da riqueza seria perder o sono procurando meios para cumular mais e mais, ou passar a vida em tensão ante a possibilidade de ser roubado? Sem falar na constante desconfiança em pensar que as aproximações e supostos afetos, podem não ser exatamente por laços de sinceros sentimentos, mas pelo poder e prestígio que naturalmente acompanha a riqueza em uma sociedade que valoriza o ter em detrimento do ser. Não existe no sermão a defesa da completa inutilidade dos bens materiais, mas o incentivo a não ficar escravo dos mesmos, dividindo assim algo do que se tem com os menos favorecidos: “Portanto, não sejas preguiçoso em transferir teu tesouro. Tens muito acumulado? Maior motivo para fazê-lo. Não quero que perca a piedade o que acumulou a vaidade” (AGOSTINHO, *Sermão* 60, 6)²⁴. A riqueza não é má em si mesma – embora decorram males de

²²Levando em consideração o paralelo que no sermão é feito com o acúmulo de riqueza e a pobreza, embora não possamos afirmar que existe uma relação direta de causa e efeito, é possível nas entrelinhas interpretar, pelas imagens fortes escolhidas para esse paralelo, que dificilmente não está implícito essa causalidade.

²³O amor bidirecional está presente nos evangelhos sinóticos: “Amarás ao senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e com toda a tua força. O segundo é este: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mc. 12, 30-31). Em diversos momentos esse texto é usado por Agostinho para reforçar o compromisso do cristão em amar a seu próximo e não apenas a Deus, demonstrando que o amor a Deus é indissociável ao amor ao próximo, ou seja, é incoerente afirmar o amor a Deus e desprezar o sofrimento dos outros. Na *Civitate Dei* o filósofo cristão, ao analisar o conceito de *populus* em Cícero para defender que não foi culpa do cristianismo o declínio de Roma, sustenta que essa dupla direção do amor é importante para se existir uma cidade verdadeiramente justa, segundo a sua interpretação do conceito de *populus* e *respublica* presentes no diálogo *De Republica* de Cícero: “[...] Desse modo, em todos os homens, cidadãos de tal cidade e obedientes a Deus, a alma imperará fielmente e com ordem legítima sobre o corpo e a razão sobre as paixões. Dessa maneira, como um só justo vive da fé, assim também o conjunto e o povo desses justos viverão dessa fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como se deve e ao próximo como a si mesmo. Em conclusão, onde não existe semelhante justiça não existe tampouco a congregação de homens, fundada sobre direitos reconhecidos e comunidade de interesse. E, se isso não existe, não existe o povo, se verdadeira a definição dada de povo. Por conseguinte, não existe tampouco república, porque onde não há povo não há coisa do povo” (AGOSTINHO, *De civ. Dei*, XIX, 23, 5). “[...] *et per hoc in omnibus hominibus ad eandem civitatem pertinentibus atque oboedientibus Deo animus etiam corpori atque ratio vitis ordine legitimo fideliter imperet; ut quemadmodum iustus unus, ita coetus populusque iustorum vivat ex fide, quae operatur per dilectionem, qua homo diligit Deum, sicut diligendus est Deus, et proximum sicut semetipsum, ubi ergo non est ista iustitia, profecto non est coetus hominum iuris consensu et utilitatis communione sociatus. Quod si non est, utique populus non est, si vera est haec populi definitio. Ergo nec respublica est, quia res populi non est, ubi ipse populus non est* (AGOSTINHO, *De civ. Dei*, XIX, 23, 5 – PL 41). No “Comentário da Primeira Epístola de São João” Agostinho afirma que o amor ao próximo é uma espécie de evidência do verdadeiro amor a Deus, ou seja, o homem que professa amar a Deus e não age com caridade com o próximo, não é um verdadeiro cristão (Cf. AGOSTINHO, *In ep. Joan. ad Parthos*, I, 11; II, 8, 9; V, 7, 12).

²⁴“Ergo impiger migra. Habes multa quae congregasti? Magis migra. Nolo perdat pietas quod congregavit vanitas” (AGOSTINHO, *Sermão* 60, 6 – PL 38).

sua locupletação – tampouco é um bem em si mesmo, de forma que em hipótese alguma ela pode ser um fim em si mesma²⁵.

Discorrer sobre o valor da riqueza e sua relação com a pobreza é algo constante nas prédicas de Santo Agostinho, e a discussão presente no *Sermão* 61²⁶ nos esclarece consideravelmente sobre o entendimento do filósofo sobre o assunto. O mencionado sermão não obstante tenha seu título devotado à prática das esmolas, está longe de tratar apenas do ato mecânico de dar e receber esmolas, revelando assim os motivos e consequências possíveis da existência da necessidade das esmolas. No parágrafo segundo, se introduz uma interessante discussão sobre o ato de fazer o bem baseado em interpretações de *Mateus* 7, 7 - 11²⁷, concluindo-se que pessoas boas e más podem fazer coisas boas para os que gostam, mas apenas Deus, que é bom em si mesmo, pode realizar o bem incondicionalmente também para os maus. Uma possível intenção para essa discussão é a exortação aos que têm mais recursos materiais a ajudarem aos menos afortunados, irrestritamente. Assim, as riquezas materiais são consideradas bens condicionados às intenções de quem as usam, uma vez que podem ser usadas para fazer o bem ou o mal, logo, devido à essa neutralidade moral da fortuna, ela é considerada um bem mínimo²⁸.

As desigualdades sociais quando são grandes, são um emblemático exemplo de como esse bem neutro – o dinheiro – pode cambiar para o mal:

Pois essas coisas também são boas, quem pode duvidar? Peixe, ovo, pão, maçã, milho, esta luz, este ar que respiramos, essas coisas são boas. As mesmas riquezas com as quais os homens se exaltam até perderem de vista sua igualdade com o resto dos homens, em que digo, os homens são exaltados, de maneira que uma roupa luxuosa apaga do pensamento a igualdade de sua pele com a pele do outro [...] (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 2)²⁹.

O texto citado se debruça sobre o que está na natureza das esmolas, a desigualdade social. A riqueza é paradoxalmente positiva para amenizar o sofrimento dos desvalidos, todavia essa pobreza é gerada pelo acúmulo de riqueza nas mãos de poucos. Ou seja, a riqueza é positiva para suprimir uma mazela gerada por ela mesma. Se detendo especificamente no texto citado, algo que deve se ressaltar é o fato de que frequentemente a riqueza vem acompanhada pela soberba,

²⁵Aristóteles em seu mais importante texto sobre filosofia moral, *Ética a Nicômaco*, discutindo o conceito de *eudaimonia* igualmente defende que a riqueza não é um fim em si mesmo, mas tem a sua utilidade para alcançar outros fins, e até mesmo ajuda a alcançar a felicidade, na medida em que seria muito difícil ser feliz na miséria (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* I, 5, 1096a; I, 8, 1099b). O filósofo contemporâneo Amartya Sen arrazoia que um maior volume de renda ou riqueza é importante para termos mais liberdade para alcançar o tipo de vida que valorizamos (SEN, 2010, p. 28). Agostinho parte de premissa semelhante, pois defende que acumular fortuna não é um fim em si mesmo, mas é útil para dirimir o sofrimento dos pobres, ou seja, a riqueza só pode ser justificada na condição de amenizar o sofrimento dos mais vulneráveis.

²⁶Produzido em Hipona, entre os anos 412 à 416.

²⁷Eis o texto: “Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e vos será aberto; pois todo o que pede recebe; o que busca acha e ao que bate se lhe abrirá. Quem dentre vós dará uma pedra a seu filho, se este lhe pedir pão? Ou lhe dará uma cobra, se este lhe pedir peixe? Ora, se vós que sois maus sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o vosso Pai que está nos céus dará coisas boas aos que lhe pedem!” (*Mat.* 7, 7 - 11).

²⁸No livro II do diálogo *De Libero Arbitrio*, Agostinho discutindo se o livre-arbítrio poderia ser considerado um mal ou não, visto que ele é a condição de possibilidade do mal moral, depois de longa discussão - que começa no livro I e vai até o livro III (COSTA, 2002, p. 307) - defende a inexistência de qualquer mal substancial, pois Deus é a única fonte de tudo, logo, sendo Deus bom, tudo o que existe igualmente é bom. E inspirado na teoria da gradação do Uno de Plotino, argumenta que existem gradações de bens, notadamente bens mínimos, médio e superiores. Os superiores são as quatro virtudes cardeais, notadamente: justiça, prudência, temperança e força, às quais não é possível usá-las para o mal. Os médios se referem às faculdade do espírito que embora sejam fundamentais para o comportamento reto, podem ser utilizadas para o bem e para o mal, como o livre-arbítrio por exemplo. Os mínimos ou inferiores, são os corpos que não são necessários para o comportamento reto, mas podem ser usados para o bem ou para o mal (AGOSTINHO, *De lib. arb.* II, 19, 50), dependendo da intenção de quem usa esses corpos. Logo, por essa descrição dos bens, os recursos materiais estão contidos no conjunto dos bens inferiores.

²⁹“*Bona enim sunt et ista, quis dubitet? Piscis, ovum, panis, pomum, frumentum, lux ista, aer iste quem ducimus, bona sunt haec: ipsae divitiae in quibus homines extolluntur, et pares suos homines alios non agnoscunt: in quibus, inquam, homines extolluntur, magis amantes vestem fulgentem, quam cogitantes communem cutem [...]*” (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 2 – PL 38).

fazendo os que a possuem se acharem superiores, e os pobres se pensarem inferiores. O uso inapropriado dela gera o esquecimento de que somos iguais enquanto seres humanos, de ossos, carne, pele, etc. (*ipsae divitiae in quibus homines extolluntur, et pares suos homines alios non agnoscunt* - As mesmas riquezas com as quais os homens se exaltam até perderem de vista sua igualdade com o resto dos homens). Infelizmente é incontestável a realidade dessa reflexão, pois, basta uma roupa de maior valor, ou uma boa aparência para nos acharmos um pouco melhores, e para nos pensarmos melhores que os outros há uma distância pequena, nos fazendo perder de vista o incontestado fato de que somos todos iguais em grau de importância. Somos todos seres humanos, mais recursos materiais não fará ninguém ser mais humano que outro, todavia o acúmulo de riqueza indiscriminada poderia gerar falta de dignidade humana para os pobres, que por sua vez são igualmente humanos.

Um pouco mais adiante nesse sermão, Agostinho faz um interessante paralelo entre a distribuição dos bens dos ricos aos pobres e a justiça, de forma que o acúmulo desordenado de riqueza sem levar em consideração os pobres é uma flagrante injustiça (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 3). Deste modo, a justiça foi pensada com ao menos dois enfoques: o primeiro na perspectiva dos ricos, pois eles dividindo um pouco de suas posses com os necessitados podem demonstrar que são justos; e na medida em que estão socorrendo os pobres, que devem sua pobreza ao exagerado acúmulo de riqueza de poucos, estão na prática realizando justiça com esses pobres, dando alguma dignidade na miséria que os absorve.

No §12 do *Sermão* 61, Aurélio Agostinho arrazoia que embora os ricos possuam acúmulo de riqueza, não são muito diferentes dos pobres – ainda que não se entendam assim – pois, ambos: endinheirados ou desvalidos, enquanto seres naturais necessitam basicamente de alimentação e vestimenta para se manterem vivos. Dessa forma, comer e vestir é o necessário materialmente falando, o que estiver além disso é supérfluo. O problema não é exatamente o rico desfrutar de sua riqueza, mas fazê-lo enquanto o pobre não dispõe do necessário para sobreviver. Assim, exorta aos ricos: “Condescendo contigo: usa teus manjares gostosos e daí ao pobre os baratos. Ele espera em ti, como tu em Deus” (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 12)³⁰.

O final da citação revela algo que infelizmente permanece atual, na falta do Estado sobra para esses que estão em situação de penúria, a misericórdia das pessoas (*Exspectat a te, exspectas a Deo* - Ele espera em ti, como tu em Deus). A força do argumento é muito dura, devido a esse paralelo entre a dependência do rico cristão a Deus e do pobre ao rico, ou seja, na miséria em que se encontra, o pobre depende das sobras dos ricos, como se a misericórdia do rico, ante a essa situação, fosse determinante para a sua vida ou morte, assim como a vida ou morte do rico igualmente depende de Deus. Que condição entristecedora, em situações de extrema vulnerabilidade até as migalhas que sobram depois de os ricos usufruírem de suas vidas luxuosas, são fundamentais para a sobrevivência dos pobres. Todavia, frequentemente os ricos não possuem empatia por não terem sentido a pobreza na pele, de forma que o que de fato acontece é o pobre ter que contar com o auxílio de um indivíduo menos pobre, por isso a necessidade do pregador hiponense exortar com fervor a distribuição dessas migalhas, que por serem as sobras não farão falta aos ricos, pois eles permanecerão sendo ricos.

Em seu texto “Ética Mínima”, Adela Cortina como um dos elementos mínimos necessários para formar uma ética mínima, propõe a solidariedade (CORTINA, 2009, p. 267-284). Entendemos que essa solidariedade sempre será necessária, pois a carência humana em várias áreas e circunstâncias nos faz muitas vezes depender da solidariedade em algum nível. A despeito disso, mesmo ela sendo indispensável, em hipótese alguma ela pode ser uma obrigação externa, nem por parte de regramentos jurídicos, e tampouco como pressão da sociedade ou mesmo de

³⁰“*Conceditur tibi: utere superfluis, da pauperibus necessaria; utere pretiosis, da pauperibus vilia. Exspectat a te, exspectas a Deo*” (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 12 – PL 38).

quem está dela necessitando. Nesse sentido ela tem que ser espontânea. Mas, na medida em que fazemos parte da humanidade, a miséria alheia de diversos tipos não pode ser apenas alheia, de forma que enquanto parte do grupo somos obrigados a ser solidários para com a miséria do outro, que no sentido de ser miséria humana é nossa miséria também. A solidariedade deve surgir de uma obrigação interna, assim, eu enquanto ser humano devo chegar a conclusão de que o problema do outro não é só do outro. Sabemos que por meio de políticas públicas diversas contribuimos com os menos favorecidos com a arrecadação de nossos impostos, mas por mais eficientes que sejam tais políticas nunca será o suficiente por causa do modo diverso que se manifesta a miséria na sociedade. Pagar impostos são obrigações legais tácitas que se assume ao viver em sociedade, a solidariedade, como afirmamos, transcende o legal, mas não é menos obrigação por isso, é paradoxalmente uma obrigação espontânea.

Para finalizar as análises desse relevante sermão, o §10 faz observações com distintos aspectos acerca das riquezas, notadamente, pela perspectiva dos que as desejam e daqueles que as têm. O desejo pela riqueza é uma atitude totalmente condenável por Agostinho, porquanto, mobilizaria todos os esforços dos homens a fim de alcançar tal objetivo. Nesse caso, não se está condenando almejar uma vida menos miserável materialmente, mas em transformar a riqueza no fruto principal de suas aspirações, possibilitando até mesmo que se abra mão de uma vida correta para alcançar tal meta. Tal objetivo-desejo se demonstra na prática como um desperdício de energia vital, pois, jamais essa aspiração tem condição de possibilidade de se realizar, visto que a riqueza seria exclusivamente resultado de herança (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 10). Nas entrelinhas o preletor acaba revelando a falta de mobilidade social em Hipona e nas regiões circunvizinhas, dado que nada que o pobre fizesse poderia levá-lo à ascensão financeira a ponto de torná-lo rico, de maneira que essa condição (ser rico) se deve unicamente ao nascimento. Ou seja, ter nascido em uma família rica, ou ter herdado a fortuna de sua família abastada. A riqueza é hereditária, e o pobre pode ter uma certeza: morrerá pobre³¹.

Com relação aos que possuem fortuna, o hiponense igualmente ressalta um perigo, ou seja, os ricos embora não desejem enriquecer – pois essa quimera pertence aos pobres – pela ilusão de poder que o dinheiro traz, não raramente os endinheirados se acham melhores que os outros. De tal modo que “Todo fruto, toda semente, toda espiga, toda árvore tem sua larva própria. [...] a larva da riqueza é a soberba” (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 10)³². Nada mais verdadeiro que essa informação, pois, é expediente comum os ricos se acharem mais inteligentes, pensadores profundos, pensando que todos devem atentar às suas palavras. Eles não são melhores em nada que nenhum menos favorecido, eles apenas têm mais dinheiro³³.

³¹Embora esse parágrafo do sermão revele o contexto social de Hipona e nas regiões em que Agostinho costumava proferir os seus sermões, não seria anacrônico afirmar que essa imobilidade social continua sendo uma chaga a ser tratada nas sociedades contemporâneas. Adela Cortina faz uma interessante interpretação dessa imobilidade social contemporânea, afirmando que a pobreza involuntária é uma espécie de armadilha, que o pobre não morre de fome por auxílios diversos, mas ao mesmo tempo nunca tem o suficiente para conseguir sair do estado em que está, e este círculo vicioso tende a se tornar estável (CORTINA, 2020, p. 158). Essa observação da pensadora denuncia o fato de que embora hodiernamente saibamos que existe a possibilidade real de erradicar a pobreza, se essas medidas paliativas assistencialistas de bolsas de auxílios diversos se tornarem fim em si mesmas, alimentarão esse círculo de horrores o tornando permanente.

³²“*Omne pomum, omne granum, omne frumentum, omne lignum habet vermem suum. [...] Vermis divitiarum superbia*” (AGOSTINHO, *Sermão* 61, 10 – PL 38).

³³Michael Sandel em seu interessante texto “A Tirania do Mérito”, comentado sobre a teoria da justiça de John Rawls, afirma que os ricos embora se achem merecedores de suas fortunas e por consequência são prepotentes se achando melhores que os pobres, na verdade no máximo eles têm direito à suas riquezas segundo as regras do jogo jurídico, mas em hipótese alguma a riqueza é fruto do mérito (2021, p. 202, 203).

Considerações finais

Nos seis sermões analisados é perceptível que Santo Agostinho era deveras sensível para com os sofrimentos decorrentes das desigualdades socioeconômicas. A despeito de o filósofo ser historicamente situado, e, portanto, pensar com informações precárias disponíveis em sua época acerca das causas da pobreza, é inegável em sua visão crítica certa responsabilização dos ricos, em sua desenfreada acumulação de riqueza, em meio à penúria dos pobres. De maneira que é impossível conciliar a acumulação de riqueza de cristãos com a existência de outros cristãos na inófia, ante o amor decorrente de uma verdadeira fé em Cristo.

Apesar de Agostinho escrever a partir do panorama de Hipona no século V, as dores existenciais decorrentes da pobreza infelizmente continuam sendo atuais, o que nos revela que a pobreza é um problema que mesmo na hodiernidade está longe de ser resolvido. Não sendo, assim um absurdo anacrônico estudar as reflexões de grandes vultos do passado como pequenos nortes para pensar a atualidade, pois, embora a humanidade tenha obviamente evoluído em muitas áreas como na ciência e tecnologia, os problemas inerentes à existência humana não são muito diferentes de outrora.

Em suma, apesar da visão crítica que o filósofo cristão possuía sobre a acumulação de riqueza, era sóbrio sobre a importância de bens materiais para dirimir o abismo social que separava ricos e pobres. Sendo a riqueza um bem médio, dependendo da consciência de quem a utiliza será boa ou má. Se for utilizada no combate à miséria, será um bem, por outro lado se ela contribuir - em seu exacerbado acúmulo - para cronificação da pobreza, se torna um mal.

Referências

- AGUSTÍN, San. Sermon 345. In: *Sermones (6º): 339-396: Sermones sobre diversos temas*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. y notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1985. Tomo XXV. p. 98 – 110. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 355. In: *Sermones (6º): 339-396: Sermones sobre diversos temas*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. y notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1985. Tomo XXV. p. 244 – 255. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 60. In: *Sermones (2º): 51-116 Sobre los Evangelios sinópticos*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. de Lope Cilleruelo, Moises Ma. Campelo, Carlos Moran y Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1983. Tomo X. p. 160 – 170. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 61. In: *Sermones (2º): 51-116 Sobre los Evangelios sinópticos*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. de Lope Cilleruelo, Moises Ma. Campelo, Carlos Moran y Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1983. Tomo X. p. 177 – 189. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 14. In: *Sermones 1 - 50 (1º)*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. de Miguel Fuertes Lanero y Moises Ma. Campelo. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1981. Tomo VII. p. 217 – 226. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 161. In: *Sermones (3º): 117-183: Evangelio de san Juan, hechos de los Apóstolos y cartas*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. de Amador del Fueyo, Pio de Luis. Notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1983. Tomo XXIII. p. 519 – 534. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. Sermon 177. In: *Sermones (3º): 117-183: Evangelio de san Juan, hechos de los Apóstolos y cartas*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad. de Amador del Fueyo, Pio de Luis. Notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1983. Tomo XXIII. p. 519 – 534. *PL* 38.
- AGUSTÍN, San. La Ciudad de Dios. In: *Obras completas de San Agustín*. Trad., introd. y notas de Jose Moran. ed. bilíngüe. Madrid: La Editorial Católica / BAC, 1958, vol. XVII, Libros XIII-XXII.
- AGUSTÍN, San. Del libre albedrío. In: *Obras completas de San Agustín*. ed. bilingüe. Trad. introd. y notas de P. Evaristo seijas. Madrid: La Editorial Católica / BAC, 1963. tomo III, p. 190-411.
- AGUSTÍN, San. Exposición de la epístola de San Juan a los Partos. In: *Obras completas de San Agustín*. Trad., introd. y notas de Jose Moran. ed. bilíngüe. Madrid: La Editorial Católica / BAC, 1959, vol. XVIII, p. 192-362.
- AGUSTÍN, San. Las confesiones. In: *Obras completas de san Agustín*. 9. ed. bilíngüe. Trad. de Angel Custodio Vega. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 2013. tomo II, 629 p.
- AGOSTINHO, Santo. *Regras de Santo Agostinho*. Trad. de Clodovis Boff. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Trad. de Sociedade Bíblica Católica; São Paulo: Paulus, 1985.
- BOFF, Clodovis. In. AGOSTINHO, Santo. *A regra de Santo Agostinho*. Trad. de Clodovis Boff. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BROWN, Petter. *Santo Agostinho, uma biografia*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. Trad. de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- CORTINA, Adela. *Ética Mínima: introdução à filosofia prática*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.
- FITZGERALD, Alan. Obras de Misericórdia. In. *Agostinho Através dos Tempos*. Trad. de Heres Drian de O. Freitas et al. São Paulo: Paulus, 2018. p. 667-671.
- HAMMAN, A. G. *Santo Agostinho e seu tempo*. Trad. de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1989.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a Assistência Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORÁN, Carlos. Introducción General. In. AGUSTÍN, San. *Sermones 1 - 50 (1º)*. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingue. Trad. de Miguel Fuertes Lanero y Moises Ma. Campelo. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1981. Tomo VII. p. 3-29.
- POSSÍDIO. *Vida de Santo Agostinho*. Trad. de Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social: princípios do direito político*. Trad. de Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2018.
- SANDEL, Michael J. *A Tirania do Mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Trad. de Bhuvi Libanio. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- SEN, Armatya Kaumar. *Desigualdade Reexaminada*. Trad. de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, Armatya Kaumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Ricardo Evangelista Brandão. ricardobrand75@gmail.com